



PEQUI/MG

História de Pequi

Conheça a história de Pequi

Pequi está localizado na zona metalúrgica do Estado de Minas Gerais, constituído da sede e de três distritos: Pindaibas, Soledade e Vilaças. A 120 km de Belo Horizonte, capital do Estado, compreende uma área de 204,7 km², com uma população de 4.800, aproximadamente. O município se formou por volta do ano de 1800. O povoado se formou, foi elevado a distrito pela Lei nº. 211, de 07 de abril de 1841, com o nome de Santo Antônio de Pequi, sendo elevada a Vila pela Lei nº. 556, de 30 de agosto de 1911 e instalado município, com grande festa, no dia 1º de junho de 1912.

Conhecem-se dois nomes importantes dentre os primeiros habitantes: os França, que constituíram numerosa família posseira local e Dona Iria do Sobrado, quem doou as terras que vieram a constituir o patrimônio da futura cidade de Pequi. E, ainda, a família da Chácara, representa por Manuel Gonçalves dos Reis; a família de Manuel Alves Cavalcanti; a família dos Valentins; a família de Saturnino José Pinto; a família da Barroca; representada por Martinho Duarte; a família dos Quaiadas e a família dos Santanas, cujo chefe era Domingos Santana.

Admite-se que a razão do topônimo se deve a um grande e frondoso pequizeiro (árvore que dá o fruto pequi) que existia em frente ao primeiro comércio do arraial, de propriedade do Sr. Saturnino José Pinto, localizado no centro do arraial, em local denominado Largo do Rosário. O povo dos arredores costumava abrigar-se à sombra dessa árvore para jogar cartas e beber aguardente, e quando queriam convidar os companheiros para se divertirem, jogando e bebendo debaixo da árvore que dá o fruto pequi, diziam: “- Vamos ao Pequi?”. E assim, esse local ficou denominado Pequi e logo todo o lugar tomou esse nome e os residentes locais foram chamados pequienses.

Primeiramente havia um grande distrito com o nome de Distrito de Santo Antônio de São Joanico, cuja sede era a fazenda do mesmo nome. Perto uma capela construída pelo Padre Veríssimo, um dos primeiro dono daquela fazenda, o qual além de constituí-la, deu-lhe o patrimônio representado em terras adjacentes à capela e doou ao povo. Mas esse patrimônio durou pouco, porque D. Maria 1ª de Portugal, a quem pertencia o Brasil na época, mandou que fossem vendidos em hasta pública os patrimônios de todas as igrejas e entrando neste número o da Igreja de São Joanico, ele arrematado por Padre Domingos, sucessor e herdeiro do Padre Veríssimo. Este distrito era enorme, se estendendo desde o Rio Paraobepa até Pitangui e de Pompéu a Pará de Minas.

As casas eram muito afastadas e os primeiros habitantes chefiados por Manoel Alves Cavalcanti, querendo fundar este arraial, ignorando que tinha desaparecido o tal patrimônio, decidiram aí fundar esta povoação. A isto se opôs o Capitão José Aniceto Rodrigues, sucessor de Padre Domingos e seu herdeiro, não só porque era seu o terreno, como também não lhe convinha um arraial nas proximidades de sua fazenda. O capitão então, procurou dissuadir o povo daquele intento, mostrando a carta da arrematação, a que se fundava o seu direito e oferecendo o seu sítio



PEQUI/MG

chamado “Quilombo” para fazerem lá o arraial. Mas o povo não queria e começou a organizar-se e adquirir materiais para uma noite dar começo ao arraial. José Aniceto Rodrigues foi avisado por uma carta anônima e logo mandou reunir em São Joanico seus escravos para à força, repelir o povo. E de fato, em certa noite, José Aniceto e família começaram a ouvir cantigas de carros de boi, vozes de pessoas e logo apareceram perto da capela diversos fogos. Então José Aniceto chamou todos os seus escravos e, quando foi de manhã, com seus escravos armados afugentou o povo e desmanchou os barracos.

Desanimado o povo, com este evento e reconhecendo que não tinha forças para combater com José Aniceto, foram lançar os alicerces do arraial a uma quilômetro da fazenda, no patrimônio doado pelos Françaes, o qual se estendia desde a casa de Camilo José de Oliveira, por uma vale velho, atrás da Igreja do Rosário, até o Capoeirão e, para o começo do arraial, o povo comprou do Sr. Valentim, uma casinha para servir de igreja. Neste mesmo ano, 1832, o Capitão José Aniceto, com medo de que o povo voltasse ao seu intento, pediu licença ao Bispo, demoliu a capela de sua propriedade e construiu outra no lugar onde se formou o Município de Maravilhas. Ao redor da pequena igreja construída pelo povo, começaram a surgir as primeiras casas: a casa de Luciano dos Santos e posteriormente dos herdeiros de Pacífico dos Santos; a casa do Camilo de Oliveira (primeiro professor particular do lugar) que depois foi de outro Camilo José de Oliveira e Paulo Mendes (onde morou o Padre João Maina); a casa velha de Orozimbo Almeida que era de Modesto José de Oliveira (primeiro negociante de tecidos), e foi assim constituindo o arraial.

Somente em 1841, foi satisfeita a aspiração do povo, sendo dividido o grande distrito de Santo Antônio de São Joanico em dois: Distrito de Santo Antônio de Pequi e Distrito de Santo Antônio de Maravilhas, servindo de limite entre ambos o Rio Vermelho, desde a sua nascente até a foz no Rio Paraopeba. Criado o distrito, foram seus primeiros Juizes de Paz: Capitão João Luciano dos Santos, Alferes Antônio Mendes de Carvalho, Sargento Francisco José Pinto e Tenente Antônio Moreira dos Santos. O primeiro Escrivão de Paz foi o senhor João de Oliveira Barbosa e o primeiro subdelegado o senhor João Alves Bastos. O distrito foi criado e falta a igreja, que ainda era a tal casinha do Sr. Valentim, apenas melhorada, aonde às vezes vinha celebrar missa o Padre João Félix de São Joanico. Só mais tarde foi que Paulo Mendes, por meio de esmolas, conseguiu construir a Igreja de Santo Antônio, a Matriz do Distrito, aonde, às vezes vinha celebrar o Padre Fernando, o “velho”, que morava em Onça do Pitangui. Depois é que foi nomeado 1º padre com residência no lugar, o Padre Francisco Felício e, por sua morte, veio o Padre Paulino Alves da Fé, vigário de Pará de Minas, até que foi nomeado o Padre João Batista Maina, grande benfeitor de Pequi.

A ele devemos a construção da Igreja Nossa Senhora do Rosário, que foi sagrada pelo Bispo de Mariana, Dom Silvério Gomes Pimenta, no dia 27 de maio de 1896. Pertencente a Pitangui, desde a data de sua fundação, o Distrito de Pequi, passou a pertencer ao Pará (Pará de Minas), no ano de 1859, por esforços do Dr. Gustavo Capanema, quando deputado provincial. Em 1866, foi criada sua primeira escola pública, sendo o Sr. Moisés Lopes Cançado, o primeiro professor, sendo substituído, após aposentar-se por José Pereira da Costa. Antes desta data, só havia escolas particulares, cujos professores foram: Camilo José de Oliveira e João de Oliveira Barbosa. Devido ao aumento da população, em 07 de janeiro de 1883, foi necessária a criação da cadeira de professora, sendo a primeira professora Dona Hipólita Maria da Conceição, posteriormente substituída por Dona Cândida Jardim e esta por Dona Celuta das Neves.



PEQUI/MG

Em 1885, foi criada a freguesia perante o civil, não sendo até perante a igreja, de maneira que, dispondo a lei eleitoral daquele tempo de que só houvesse eleição onde fosse freguesia, aqui não havia eleição. Os eleitores daqui iam votar em Pitangui e depois no Pará (Pará de Minas), sendo porém, criada a freguesia civil em 1887, quando houve a primeira eleição, cuja mesa fizeram parte os senhores Joaquim Mendes de Carvalho, como presidente; Felisbino Severiano da Fonseca Pinto, como secretário; José da Costa Moreira, como seu escritor e Antônio José de Oliveira Sobrinho e Desitério Alves Cavalcanti, como auxiliares. Para realizar a eleição, veio do Pará (Pará de Minas) o Sr. Marcelo Gonçalves da Silva Sampaio, um dos primeiros habitantes do lugar.

Neste mesmo ano (1887), foi criada a Agência do Correio, tendo sido agentes os senhores Moisés Lopes Cançado, 1º; José Xavier de Souza, 2º; Dona Cristina Acedina Pereira, 3º; José Xavier de Souza, 4º. Obtidos estes melhoramentos, dois outros se faziam necessários: a construção de um novo cemitério (o existente se localizava ao lado da Igreja do Rosário, no centro do arraial) e a canalização da água. No ano de 1900, o Padre João Batista Maina conseguiu, através de esmolas do povo, construir um novo cemitério, no alto da pequena colina denominada "Siziema", em terreno doado para este fim, pelo Tenente Coronel Antônio Januário Rodrigues Pereira e o mesmo foi bento no dia 08 de setembro de 1901, sendo que os muros só foram construídos em 1907 às custas do Coronel Manoel José Simões.

A canalização da água foi realizada através do Conselho Distrital, por iniciativa de seu Presidente o Capitão Fernando Barbosa, sendo membros do Conselho o Sr. Felisbino Severiano da Fonseca Pinto e Joaquim Coelho de Vasconcelos e foram instalados três chafarizes públicos e diversas penas d'água particulares. Este serviço foi inaugurado no dia 12 de agosto de 1900, solenizado por uma suntuosa festa, a que assistiram, além da enorme massa popular, o Sr. Antônio Benedito Valadares Ribeiro, advogado e presidente da Câmara Municipal do Pará; Coronel Américo Teixeira de Guimarães, industrial em Cachoeira de Macacos (hoje Cachoeira da Prata); Coronel Joaquim Cândido Lousada e Tenente João Alves Corgosinho Filho e Coronel Vasco Azevedo, advogados no Pará (Pará de Minas). Era de se admirar, sendo o distrito de Pequi, tão próspero não fosse ainda freguesia eclesiástica (povoação, na subdivisão eclesiástica de paróquias).

O conjunto dos paroquianos) até então, sendo-o apenas perante o civil. Teme, simplesmente, sede de um curato, cuja posse se realizou no dia 15 de agosto de 1912, dada ao Padre João Batista Maina, primeiro vigário de Pequi. Neste mesmo ano, 1912, Pequi obteve o maior de todos os melhoramentos – o Grupo Escolar Fernando Barbosa, por iniciativa do Capitão Fernando Barbosa, cuja construção foi autorizada no Governo do Sr. Júlio Bueno Brandão, por Ato de 27 de março de 1909. Possuía a escola quatro professores: José Pereira da Costa, Dona Celuta das Neves, Dona Maria do Carmo Barbosa e o seu diretor, o Capitão Fernando Barbosa. Estava então formado o arraial de Pequi com suas duas igrejas, cujas frentes estão voltadas uma para a outra, de bonito aspecto, oferecendo agradável vista aos visitantes. Possuía então dois largos: o do Rosário e o de Santo Antônio; nove ruas; 160 casas, 19 comércios; 09 tavernas (casa de comércio onde só se vendiam bebidas); 01 farmácia (a "Pharmácia Pereira", de propriedade do Sr. Manoel Lúcio de Souza Pereira); 01 Agência do Correio e 01 Casa Paroquial, localizada no largo Santo Antônio.